

Ana Clara Torres Ribeiro*

O Trabalho na Grande Cidade do Capitalismo Periférico

Resumo: O artigo reflete sobre a última onda modernizadora da metrópole periférica por meio da observação de três fenômenos expressivos da hegemonia do capital financeiro: aceleração, ativação e fragmentação. A observação desses fenômenos destaca transformações na estrutura urbana, no trabalho e na experiência das classes populares. A orientação analítica do artigo encontra-se construída pelos seguintes conceitos: revolução passiva, território e territorialidade, vínculo social e sociabilidade, espoliação urbana e ação social, contradição social e racionalidade alternativa. O artigo considera ainda a relevância da episteme dialógica e da justiça cognitiva para a radicalização da democracia.

Palavras-chave: Trabalho; metrópole periférica; revolução passiva; estrutura urbana.

Abstract: This article reflects the last modernizing wave of the peripheral metropolis through the observation of three expressive phenomena of the financial capital hegemony: acceleration, activation and fragmentation. The observation of these phenomena highlights transformations in urban structure, work and in the popular classes experience. The analytic orientation of this article is constructed by the following concepts: passive revolution, territory and territoriality, social bonds and sociability, urban spoliation and social action, social contradiction and alternative rationality. The article takes in consideration, furthermore, the relevance of the dialogic episteme and of cognitive justice to the democracy radicalization.

Keywords: Work; peripheral metropolis; passive revolution; urban.

En la cotidianidad, afrontamos en el corazón de nuestra vida lo que los enormes medios de la técnica moderna no logran dominar, y que quizás no llegan a dominar si no es destruyéndolo (LEFEBVRE, 1978, p. 87).

Introdução

A grande cidade é, em geral, o último lugar disponível para o abrigo da pobreza (SANTOS, 2005), em decorrência da modernização das relações sociais de

* Professora e coordenadora do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora CNPq-FAPERJ. Endereço postal: Prédio da Reitoria, sala 543, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, CEP: 21941.590. Endereço eletrônico: ana_ribeiro@uol.com.br.

produção no campo, orientada pela incorporação de inovações tecnológicas, que enxugam o trabalho (BERNARDES e ARRUIZZO, 2009), e da carência de formas de acesso à renda em parte significativa da rede urbana. É a escassez de possibilidades de incorporação ao mercado de trabalho que explica a concentração da pobreza em qualquer segmento do território envolvido na implantação de grandes projetos públicos e privados. Há, concretamente, uma transumância e uma diáspora do trabalho na sociedade brasileira ainda muito pouco analisadas pelas ciências sociais e representadas pelas artes.

Se acontece a busca incessante por acesso aos meios de sobrevivência, em todas as escalas dos fluxos econômicos, é nas metrópoles do capitalismo periférico que se encontram condensados recursos, materiais e imateriais, intensamente disputados na luta pela vida – uma disputa que inclui o enfrentamento dos múltiplos riscos criados por uma ordem social que dificulta tanto a fixação quanto a circulação do trabalhador (LOURENÇO, 2005). É nessas circunstâncias que as tensões entre propriedade e apropriação (LEFEBVRE, 1969) e assim entre mercadoria e valor de uso atravessam o cotidiano e moldam a sociabilidade, interferindo fortemente na configuração das tramas urbanas.

Essas tensões emergem a todo momento e em quase todos os lugares, como exemplificam o comércio ambulante ou as ocupações de imóveis, bem como as estratégias acionadas pelos mais pobres para garantir a sua permanência em áreas elitizadas das grandes cidades. Portadora de sua própria historicidade, a paisagem criada pela rígida estratificação da sociedade brasileira e pela espoliação urbana (KOWARICK, 1979) é muitas vezes esquecida na interpretação de obstáculos ao desenvolvimento. Não raramente essa interpretação oculta a influência da organização do espaço na definição das hierarquias sociais e na limitação dos futuros possíveis (SANTOS, 1977), indicando somente a concentração do desemprego e da miséria nas metrópoles e difundindo a expectativa de que o aumento dos investimentos garante a integração social ou, pelo menos, propicia formas de acesso à renda para todos.

Interpretações da urbanização apoiadas nessa leitura do desenvolvimento dificultam a projeção das consequências sociais de investimentos realizados no presente. Essas interpretações também dificultam a análise do trabalho incorporado na produção dos territórios populares das grandes cidades. A superação dessas interpretações mais usuais depende da valorização da totalidade urbana “como indicou Milton Santos no livro *A pobreza urbana* (1978)” e da proposição de teorias que explicitem a singularidade da urbanização dos países capitalistas periféricos – teorias que são indispensáveis à concepção de projetos políticos que visem à apropriação socialmente mais justa dos recursos concentrados no espaço urbano.

Para que essa superação aconteça, segundo ainda Milton Santos (op. cit.), é necessário ultrapassar a influência exercida por modelos analíticos que se contentam com verificar o contraste ou a distância socioeconômica entre os territórios da pobreza e a cidade formalizada pelos códigos jurídicos e urbanísticos. De fato, é preciso ir além dessa representação dos denominados problemas urbanos para valorizar as conquistas populares, evitando a queda nas armadilhas do sensibilibismo e do conformismo, e para antever os impactos na vida urbana da atual fase do capi-

talismo. Entre esses impactos, encontra-se o endurecimento da segregação socioespacial e a existência de novas barreiras à ação espontânea e à sagacidade que preservam as condições de sobrevivência das classes populares.

Procurando refletir algumas consequências da última modernidade, o artigo recorda de início a natureza socialmente seletiva das sucessivas ondas modernizadoras dos espaços metropolitanos e, portanto, a inexistência de uma única temporalidade, por mais que a periodização tradicional da história urbana sustente uma interpretação unificada e coesa da experiência social. Ao contrário do indicado por essa visão, a vida urbana é composta por uma multiplicidade de tempos sociais, que correspondem a sociabilidades desigualmente atingidas pela aceleração trazida pela globalização econômica. Afinal, a fragmentação territorial, denunciada pelos críticos da globalização, atinge o tecido social em plenitude, como permitem reconhecer a crise das instituições, a violência e a indiferença frente à exclusão social. Nas palavras de Emilio Pradilla Cobos:

En las distintas fases de la mundialización, los ritmos de desarrollo del proceso han sido distintos, asincrónicos, entre sí y entre los ámbitos internacionales, nacionales, regionales y locales, o los actores sociales sobre los que ha actuado. Los tiempos históricos en los que se ha producido la inserción de distintos ámbitos o grupos sociales en las diversas fases de mundialización o en procesos particulares de ella, han sido diferentes, asimétricos, discontinuos (COBOS, 2008, p. 19, grifos no original).

Nas últimas duas décadas, mudaram-se formas e ritmos do trabalho, conteúdos técnicos da cooperação capitalista e sentidos da ação coletiva. Por esta razão, o artigo também destaca os ativismos estimulados pela dinâmica do mercado de trabalho, associados às formas políticas de expressão dos conflitos sociais. Concretamente, a transformação da geografia do capital atinge a organização espacial do espaço urbano, a distribuição dos fluxos econômicos e os lugares mobilizados por protestos e reivindicações coletivas. A análise dos impactos sociais dessa geografia demanda tanto o reconhecimento de tendências gerais quanto a valorização de contextos diferencialmente inscritos nos comandos da acumulação urbana. Assim, a última parte deste artigo encontra-se dedicada à fragmentação territorial e à contextualização das relações sociais, cuja análise surge no presente como desafio para projetos que questionem a racionalização da escassez pelo pensamento dominante.

A Aceleração da Periferia

Atualmente, volta-se mais uma vez ao discurso eufórico do Brasil grande potência. Este discurso, estimulado pelos países centrais e lastreado em abundantes recursos naturais, afirma a capacidade de controle da dinâmica do mercado mundial e, em consequência, das oportunidades de desenvolvimento econômico e de integração social. Esse tipo de discurso, que apresenta comunalidades com ideologias de períodos históricos anteriores, oculta as contradições sociais em decorrência da unificação político-ideológica do “sujeito” da ação: o Brasil, a sociedade brasi-

leira, o brasileiro. Esta unificação constitui um bom sintoma de como acontece, na atual conjuntura, a secundarização reflexiva dos coletivos realmente ativos: partidos políticos, sindicatos, associações profissionais e empresariais, igrejas e seitas, movimentos e redes sociais.

A citação de coletivos formais, que adquirem com facilidade a natureza das metáforas, ocorre, usualmente, com o acompanhamento de diretrizes para a ação esperada e até mesmo de obrigações cívicas. O deslocamento da ação para um nível abstrato e formal de reflexão pode ser exemplificado por meio dos seguintes recursos discursivos: “a sociedade brasileira precisa dizer o que pensa”; “a sociedade brasileira precisa assumir a sua responsabilidade”; “o Brasil não precisa mais ser humilde”; “o brasileiro precisa perder o seu complexo de vira-lata”; “o Brasil é hoje respeitado pela comunidade internacional”. A intensa veiculação desse padrão discursivo, que impede a percepção da dinâmica da esfera política e a identificação de interesses econômicos, adquire poder de convencimento por meio do predomínio da quantidade sobre a qualidade, isto é, do destaque dos indicadores frente à fala e ao projeto do Outro (NUN, 1989).

Basta lembrar, nessa direção, o monitoramento diário pelos grandes veículos de comunicação das bolsas de valores e do preço atingido pelo barril de petróleo ou pela arrôba do boi e, ainda, a relevância outorgada às pesquisas de opinião nos períodos eleitorais (BOURDIEU, 1982). Nesses períodos, mas não apenas neles o *marketing* substitui a formação política – um processo que adquire intensidade desde o início da redemocratização do país. Cabe acrescentar que o predomínio da quantidade sobre a qualidade é a ponta do iceberg de mudanças culturais muito amplas, relacionadas à aceleração da vida coletiva, à influência do funcionalismo nas sociedades capitalistas (HELLER, 1999) e a mudanças em curso no trabalho, sob a orientação do pensamento operacional. Sem dúvida, o destaque das funções sobre as formas e os processos constitui uma das características centrais do modo capitalista de pensar, que transcende em muito o âmbito das empresas.

O destaque das funções, iniciamente dirigido à matéria e às ferramentas, incorpora, cada vez mais, a subjetividade do trabalhador e o monitoramento de seu desempenho individual, o que ajuda a explicar a importância hoje atribuída à gestão de recursos humanos nas administrações privada e pública. Agencia-se e administra-se como se a manipulação das relações sociais não tivesse limites e também como se fosse possível compensar o aumento da incerteza e do medo da exclusão (LECHNER, 2002) por meio da premiação de esforços individuais e do acesso a diferentes formas de salário indireto.

Esse agenciamento, característico da última modernidade, potencializado pela informática, colabora na redução da eficácia das formas coletivas de organização do trabalho, na mesma intensidade com que desestabiliza instituições sociais e fragiliza a tessitura da sociabilidade, incluindo a gerada pelo pertencimento a determinada categoria profissional (LOJKINE, 2005). São fragilizadas, dessa maneira, as condições de negociação do contrato de trabalho, viabilizando a precarização do emprego, a terceirização de tarefas produtivas e a multiplicação de falsos micro-empresários e autônomos, que escondem o assalariado sem direitos trabalhistas reconhecidos. A desestabilização, como não poderia deixar de ser, também atinge o

consumo, por meio do crédito e da veiculação da crença de que sempre é possível fazer render um pouco mais o salário e negociar um pouco melhor o preço das mercadorias e a forma de pagamento das dívidas.

Todas as condições da existência parecem ser agora passíveis de manipulação: das relações afetivas às relações de trabalho. Assim, o desvendamento da matéria pelo avanço da tecnociência tem sido acompanhado por crescentes intervenções na organização da vida cotidiana, conduzidas pela consolidação do denominado, noutro artigo, paradigma administrativo (RIBEIRO, 1998). Com a orientação desse paradigma, diretrizes da nova gestão ultrapassam o ambiente das corporações empresariais e penetram no desenho das ações de governo, bem como na quase totalidade da esfera da reprodução social. São exemplos: a retirada do Estado da prestação de serviços coletivos e a decomposição do salário em elementos administrados pelo empregador – do transporte aos planos de saúde.

A nova gestão, derivada do caráter sistêmico do paradigma administrativo, implica a divisão estratégica de metas da ação, articulada à redução do tempo necessário ao ajuste de objetivos institucionais às oportunidades mais favoráveis à obtenção do lucro. Trata-se, fundamentalmente, do macro processo de aceleração do mundo, que Milton Santos (1993) afirmou ser mais fragmentador nos países periféricos. Citando este autor:

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que as mercadorias possam ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico [...]. Sem a aceleração contemporânea, a competitividade que permeia o discurso e a ação dos governos e das grandes empresas não seria possível, nem seria viável sem os progressos técnicos recentes e a correspondente fluidez do espaço (SANTOS, 1993, p. 18).

A aceleração inclui a introdução de um viés produtivista na leitura do patrimônio histórico e de acervos culturais, bens naturais, manifestações sociais e, por fim, subjetividades, o que implica crescente incerteza nas relações sociais (DUBET, 1998). A modernização contemporânea veicula a adesão ao instantâneo, que é a temporalidade correspondente à ordem social emanada do capitalismo financeiro. O instantâneo penetra na comunicação humana, na produção do alimento, na propaganda dos medicamentos, no embelezamento do corpo, nos aprendizados da técnica. Essa nova ordem, instável e estratégica, sustenta-se em recursos do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994), no individualismo e no estímulo ininterrupto ao consumo. Um estímulo que, por meio do elogio à qualidade, esconde a sua essência quantitativista, que atualiza a divisão social do trabalho mediante a ruptura de coletivos ativos formados em períodos anteriores da evolução do capitalismo.

Por suas características fluidas e adaptáveis a qualquer contexto, a nova gestão afirma-se pela proliferação de mecanismos de controle da qualidade do produto,

pelo desvendamento de nichos de mercado e pelo enredamento de cada trabalhador nas exigências do produtivismo. Na medida em que esse enredamento é instável, a requalificação transforma-se numa tarefa incessante, o que alimenta a mercantilização do ensino. Aliás, as atuais características do mercado de trabalho tanto geram para o trabalhador uma efetiva necessidade de novos conhecimentos quanto estimula que diplomas e certificados sejam usados como justificativa para a exclusão social. Por outro lado, a natureza dos nexos atuais entre educação e trabalho também transparece nos concursos públicos, que exigem educação formal, mas são realizados para tarefas genéricas e inespecíficas, o que facilita, num segundo momento, a falta de correspondência entre qualificação, reconhecimento profissional, plano de carreira e salário.

A Ativação da Periferia

A ordem social produzida pela hegemonia do capital financeiro envelhece culturas políticas e modifica a própria noção de mercadoria, que, onipresente e diáfana, alcança atualmente a estética, a sensibilidade e a emoção. Neste movimento, que combina abstração e representações sociais, necessidades são tramutadas em desejos e o cidadão, como disse Milton Santos, veste a fantasia do consumidor mais-do-que-perfeito (SANTOS, 1987), agora renovada pelos angustiantes adereços do devedor mais-do-que-perfeito. Nos últimos anos, a oferta de crédito atravessou fronteiras de classe, sem que tenham sido reduzidas as desigualdades econômicas e flexibilizada a estratificação social.

Esse somatório de tendências possibilita dizer que a referência a “sujeitos” formais – o Brasil, a sociedade brasileira, o brasileiro – apresenta, como sua contraparte, o indivíduo, mesmo que as limitações da modernização impeçam a sua consolidação. No ambiente de trabalho, a redução do coletivo ao individual estimula a competitividade e torna mais árduas as tarefas institucionais. Neste mesmo sentido, a valorização de qualidades individuais, bem longe de significar o advento de uma meritocracia orientada pela neutralidade burocrática do Estado moderno, transforma o ajuste do trabalhador a firmas e instituições num instrumento da competitividade. As atividades envolvidas nesse ajuste formam o *nicho* de oportunidades para novas empreiteiras que, dedicadas ao agenciamento do trabalho, encontram, inclusive em órgãos da administração pública, um importante segmento de seus clientes e usuários.

Mais uma vez, constata-se a presença de um ativismo de base quantitativa que enaltece qualidades de indivíduos e empresas, o que também ocorre nos novos serviços e em projetos de revitalização de áreas selecionadas das grandes cidades (SILVEIRA, 2006). O enaltecimento de qualidades anima a adesão a produtos e lugares, criando a ambiência eferescente do presente, que combina depressão e exaltação. Essa movimentação da cotidianidade, de teor gestor, enfraquece vínculos sociais e dificulta o interclassismo progressista. Desta maneira, a crise do “mundo do trabalho” transcende o desemprego ou a expansão dos sistemas privados de previdência. Essa crise, que não reduz a relevância do trabalho concreto (ANTUNES, 1997), atinge as formas de convívio e o compartilhamento de valores culturais.

Numa conjuntura marcada por ativismos de toda espécie, a ação referida ao “mundo do trabalho” tende a ser absorvida pela racionalidade da nova gestão. Assim, valoriza-se a ação empreendedora, em associação com a ação administrativa e a inovação técnica e comportamental. Nessas condições, a ação empreendedora transforma-se, em si mesma, num programa para a dinamização da economia ou, por outro ângulo de análise, para a redução das desigualdades sociais. Ativismo, produtivismo e empreendedorismo formam um único vetor da atual modernização, cujo poder de transformação inclui a prevalência de leituras econômicas das práticas sociais e a absorção de tradições culturais nos fluxos da mercadoria. Este vetor traz, para os lugares e a vida cotidiana, a força atualizadora dos impulsos globais (RIBEIRO e SILVA, 2004), que influenciam os investimentos públicos no espaço urbano e alteram a natureza do trabalho produtivo.

O empreendedorismo constitui um híbrido de técnica e ação (SANTOS, 1996), que modifica a preparação para o trabalho e a concepção de políticas educacionais. Influencia, ainda, o desenho de políticas públicas, exercendo o papel ideológico de acomodar as classes médias urbanas à redução do número de empregos e à dissolução da estabilidade no trabalho. O empreendedorismo faz parte do imaginário da globalização ou, melhor dizendo, da globalização imaginada (CANCLINI, 2000). Provavelmente, esta capacidade de interferir no imaginário sintoniza, nas sociedades periféricas, anseios por autonomia que correspondem, na experiência popular, ao trabalho por conta própria ou ao pequeno empreendimento familiar. Agora, o anseio por não ter patrão, diretamente relacionado à miséria do salário, realiza-se, de forma perversa, como destino antecipado para as novas gerações, obrigadas a uma viração que, muito longe do mito da malandragem, absorve elementos culturais da competitividade e do produtivismo.

Nessas características do presente, é possível reconhecer a tendência ao estilhaçamento da experiência urbana. Citando Néstor Garcia Canclini: “A hipótese que quero trabalhar (...) é que, se não contamos com uma teoria unitária da globalização não é apenas por deficiências no estado atual do conhecimento, mas, também, porque o fragmentário é um traço estrutural dos processos globalizadores” (CANCLINI, op. cit., p. 48) (tradução nossa). Trazendo essa hipótese para os objetivos deste artigo, propõe-se que a ação empreendedora, como norte da ação social considerada desejável, seja reconhecida em sua capacidade de unificar o imaginário da globalização e, contraditoriamente, em sua capacidade de potencializar a fragmentação do tecido social, por estimular a ação instrumental.

O empreendedorismo, uma vez reconhecido como sintoma dos valores transmitidos pelos impulsos globais, surge como um condensador de expectativas coletivas que, ao transpor o nível da economia, interfere na sociabilidade e facilita a hegemonia política. Esse tipo de ação pode ser considerado, com alguma ironia, racional de médio fôlego, distante do sentido historicamente atribuído à vontade política (GRAMSCI, 1968). Alimenta-se, sobretudo, de pragmatismo, até quando se materiza na forma de grandes projetos relacionados às novas condições gerais da acumulação capitalista: edifícios inteligentes, portos com administração privada, aeroportos similares a *shopping centers*, áreas *wireless*, circulação veloz e segura para empresários e gestores. O predomínio desse tipo de ação indica que a atual

modernização é portadora de uma incisiva forma de revolução passiva (VIANA, 1995), que se traduz numa frente de atividades em constante ampliação, como exemplificam o turismo de negócios, os MBAs para todas as áreas do conhecimento, a promoção de eventos, o lazer programado, o *marketing* institucional e os serviços personalizados.

A Fragmentação da Periferia

A revolução passiva encontra a sua concha urbana no modelo da cidade global que, na sua realização periférica, origina a metrópole corporativa e fragmentada (SANTOS, 1990). Nessa metrópole, a nova gestão abriga-se em ambiente propício aos negócios, distante do homem comum, da memória dos lugares, da imprevisibilidade vivida pela maioria e da ação espontânea que costura no cotidiano o acesso a recursos indispensáveis à sobrevivência, resistindo ao artificialismo, à aridez e às dificuldades da comunicação – dificuldades que não se reduzem pela existência de celulares ou da internet, na medida em que se trata fundamentalmente de linguagem, de crenças coletivas e de valores culturais comuns. A incomunicabilidade acompanha, como uma ameaça surda, a instalação de elementos técnicos da denominada sociedade da informação, o que é contrarrestado pela emulação propiciada pelos grandes eventos ou pelos códigos da neoreligiosidade.

Os impulsos globais desestabilizam e desenraizam a experiência social pela criação de novas mediações entre a produção e o consumo. Essas mediações deram origem a segmentos empresariais especializados e a formas de trabalho baseadas na manipulação da informação, especialmente da imagem, e em ação estratégica. A intensificação das trocas, dependente da logística territorial e da ativação do consumo produtivo e improdutivo, demanda investimentos em infraestrutura econômica de novo tipo e intervenção nas representações sociais da vida urbana. Neste contexto, investimentos em serviços e em infraestrutura, antes dependentes da iniciativa do Estado, tornaram-se viáveis, e mais, atrativos para a iniciativa privada transnacional, como demonstram a telefonia e os modais de transporte.

Atualmente, o espaço herdado tem sido pressionado por três fenômenos articulados: financeirização da atividade econômica, privatização dos serviços e intensificação dos fluxos. Esses fenômenos, vinculados ao vetor da revolução passiva, geram instabilidade e explicam, pelo menos em parte, a flexibilização das relações de trabalho e as pressões dirigidas à desregulamentação do mercado. Além disso, o fato de a última modernidade sustentar-se em constantes inovações atinge a percepção do tempo, trazendo a ilusão de que só existe o futuro indicado pela amplificação do presente (SANTOS, 2000). Por interferirem intensamente no espaço e na cultura, as novas condições técnicas e sociais da produção unificam e fracionam a metrópole, fazendo com que as suas partes adquiram, tendencialmente, características do fragmento (um processo que pode ser lido no fechamento de ruas, no cercamento de praças, nos enclaves de alta segurança, no crescimento de muros, na multiplicação das guaritas, nas empresas de segurança privada e na arquitetura do medo) (FERRAZ, 2008).

Ademais, a transformação do espaço herdado em atrator da economia globalizada implica o uso do capital público e a capacidade de endividamento dos lu-

gares, o que implica a colonização do futuro pelas tendências dominantes no presente. Para que isso seja possível, os principais atores da nova economia precisam contar com a adesão social a objetivos que competem com o tratamento das urgências sociais. Essa adesão, ainda que superficial, tem sido sustentada na tradução política e ideológica da globalização imaginada em objetos urbanos e formas de consumo associadas ao “sucesso”, envolvendo das denominadas celebridades à incorporação da cultura na acumulação urbana. Assim, da mesma maneira que a mercadoria incorpora valor por meio de embalagem e propaganda, segmentos da cidade são transformados em espaços exclusivos, aumentando os riscos de fragmentação e de falta de comunicação entre segmentos e grupos sociais.

Na grande cidade da periferia do capitalismo, as cisões espaciais e sociais não podem manifestar-se na forma da guetificação e da gentrificação que expressam a dualização da estrutura urbana nas metrópoles dos países centrais, sob os impactos do capitalismo globalizado. A dimensão alcançada pelas históricas lutas populares pelo direito à cidade, que geraram a cidade autoconstruída, e os privilégios quase aristocráticos das classes dominantes (VILLAÇA, 1998), que resistem ao dinamismo do mercado imobiliário, impossibilitam a absorção linear da problemática construída para exame da experiência urbana dos países centrais. Na realidade periférica, a extensão dos territórios populares, internamente complexos e desiguais, e a consolidação de áreas enobrecidas, condicionadas pelos limites das classes médias e pelo volume da pobreza, sugerem, com mais facilidade, a coexistência de múltiplas cidades parcialmente articuladas do que, exatamente, a existência de uma totalidade submetida a um movimento de divisão estrutural.

Portanto, a reflexão da fragmentação, na metrópole periférica, impõe a consideração simultânea da intensidade e dos limites das conquistas populares, portadoras de sua própria legalidade e legitimidade, e também da qualidade dos extensores físicos, econômicos e político-culturais que possibilitam a reprodução diária, fragilmente sincrônica, das diferentes cidades que formam a totalidade em movimento. Sob os impactos do capitalismo globalizado, esses extensores, cada vez mais definidos pela ação empresarial, assumem um caráter intrinsecamente estratégico, podendo dar origem tanto a efetivos guetos e a enclaves totalmente fechados à presença do Outro ou a projetos que, apoiados na autonomia relativa dos territórios populares, estimulem a capacidade integradora da economia urbana e permitam o alcance da urbanidade. A carência de projetos com esse teor tem feito com que essa possibilidade seja explorada apenas pelo tráfico internacional de drogas e vida, pelo habitante, sob a égide da violência, da discriminação e da ameaça de extermínio. Até quando?

A metrópole da periferia do capitalismo, lacunar e preenchida pelos territórios orgânicos (SANTOS, 1994) e territorialidades tentativas das classes populares, movimenta-se tanto pelos desdobramentos diários dos impulsos globais e investimentos pretéritos formais quanto pelo dinamismo do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1978). Desconhecer esse dinamismo, resulta em aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Por outro lado, limitar-se a constatá-lo, sem dele retirar consequências para intervenções urbanas, também gera exclusão, na medida em que as novas formas urbanas dominantes se caracterizam por uma contundente se-

letividade social e pelo empresariamento “de ponta” das atividades necessárias à sua expansão. Por essas condições do presente, destaca-se a necessidade de uma justiça cognitiva e de uma episteme dialógica (SANTOS, 2005) que indiquem caminhos para a crise da cidade moderna em sua realização periférica. É esta a direção sinalizada pelo trecho abaixo de Hassan Zaoual:

É preciso sair da teoria restrita do econômico para voltar com força após tê-la ampliado incorporando as entidades ignoradas pelo reducionismo da economia e da administração tradicionais [...]. Todo esse processo é subjacente à noção de *homo situs*. Este raciocina dentro de uma *localidade de situação*, sede de uma articulação de imperativos múltiplos. O modelo de decisão se torna mais complexo e indeterminado. O modelo simplista do *homo oeconomicus* cai por terra diante do *homo situs*. Estamos então na perspectiva de um *realismo de situação*, mas não de um idealismo econômico (ZAOUAL, 2006, p. 138, grifos no original).

Nesse trecho, constam alguns elementos centrais da justiça cognitiva e da episteme dialógica, com destaque para a superação do nível de abstração em que são geralmente pensadas a economia e as intervenções urbanas. O *homo situs*, que é próximo do homem lento refletido por Milton Santos (1994), articula o sujeito social e as suas circunstâncias, o que constrói uma possibilidade de leitura da força societária das territorialidades populares. A inclusão do espaço e do tempo nas circunstâncias da ação confronta os discursos políticos que desconhecem a formação do sujeito social, o seu saber e os seus vínculos sociais e enfim os meandros, trajetórias, enredos e tramas da sua experiência urbana. Confronta ainda representações do trabalho e da vida do trabalhador que, conduzidas por estatísticas e mapas, omitem os custos físicos e emocionais dos deslocamentos diários em condições adversas e do labor que produz as cidades populares, mais próximas da comuna do que da comunidade.

O *homo situs*, cuja teoria foi formulada por Hussen Zaoual, dialoga com a preocupação das ciências sociais contemporâneas com o lugar e o contexto (uma preocupação dirigida à superação da influência ainda exercida pelo estruturalismo e pelo funcionalismo na análise da ação social). A valorização do contexto e do lugar articula-se à compreensão de que o espaço herdado, a sociabilidade, a memória, o cotidiano e o imaginário refratam fenômenos de outras escalas da realidade social e singularizam a vida de relações. Essa compreensão pode sustentar uma leitura da experiência urbana que multiplique sujeitos sociais, permitindo a concepção de projetos voltados à criação de extensores igualitários entre as diferentes cidades que estruturam a metrópole periférica. Esses extensores incluiriam fluxos de renda, formas de comunicação, processos de organização política, expressões identitárias, valores culturais e arte. Trata-se, enfim, de trocas materiais e simbólicas cujas potencialidades parecem já ter sido descobertas pela juventude vinculada à música (OLIVEIRA, 2008) e por movimentos sociais que combatem a violência e a discriminação (PINHEIRO, 2009).

Conclusões

As contradições sociais da atual fase do capitalismo surgem, de forma nítida, no contraste entre, de um lado, uma vida urbana controlada com crescente precisão e pautada numa dura seletividade social e, de outro, o ativismo estimulado pela adição da cultura nas metamorfoses da mercadoria. Ativa-se e controla-se, acelera-se e abandona-se à inércia, incorporam-se e rejeitam-se lugares, práticas e pessoas, criando a instabilidade e os anseios que movimentam os circuitos produtivos e aumentam a velocidade do consumo. Esses processos assumem traços específicos em cada lugar e contexto, em decorrência da mobilização ou do descarte de energias sociais. Esta movimentação do presente, hierarquizante e excludente, abre lacunas e fraturas pelas quais emergem os novos conflitos urbanos, a resistência do homem lento, as identidades ativas das lutas contra a exclusão social e o trabalho concreto dos que produzem cidades e, em acréscimo, formas de circulação urbana que possibilitam a sua conexão.

Neste artigo, procurou-se valorizar, na reflexão desses processos, particularidades da urbanização dos países periféricos, alertando para a necessidade de que sejam formulados projetos que conectem, de forma igualitária e culturalmente enriquecedora, as diferentes cidades que compõem a metrópole. Optou-se, na descrição de tendências do presente, pela ênfase em três fenômenos considerados fundamentais: aceleração, ativação e fragmentação, procurando destacar os seus efeitos no trabalho urbano e na vida cotidiana. Essa opção esteve orientada pela preocupação em reduzir o nível de abstração com que, em geral, é pensada a experiência urbana. Considera-se que a redução da abstração é necessária à leitura da complexidade, à justiça cognitiva e ao desvendamento de caminhos para a radicalização da democracia.

A episteme dialógica, que valoriza racionalidades alternativas, pode trazer à tona a figura forte do trabalhador no âmago das tramas urbanas, confrontando as figuras, construídas pelos interesses dominantes, do consumidor-mais-do-que-perfeito e do devedor mais-do-que-perfeito. Esse confronto pressupõe uma interpretação do espaço urbano que reconheça a atualização do tecido social e do ambiente construído, trazida pelos impulsos globais, – as práticas estimuladas pela revolução passiva que acompanha a última onda modernizadora da sociedade brasileira e a nova dinâmica do mercado de trabalho. Porém, a leitura dos desafios do presente, além da análise dos impactos da globalização econômica e do paradigma administrativo, precisa incluir a dimensão pedestre, lenta e tenaz das territorialidades populares. Há, para isso, uma epistemologia simbólica a ser desenvolvida, que nutra imaginários fortes e autônomos, capazes de romper o futuro traçado pela cotidianidade alienada e pela banalização da violência.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1997.
- BERNARDES, Júlia Adão e ARRUZZO, Roberta Carvalho. *Geografia da soja III:* novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Poli, 1982.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- COBOS, Emilio Pradilla. La globalización imperialista y los territorios latinoamericanos. *Cadernos IPPUR*, ano XXIII, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, ano III, n. 3, 1998.
- FERRAZ, Sônia Maria Taddei. *Arqviol:* arquitetura da violência. Niterói: FAU-UFF/FAPERJ/CNPq, 2008 (formato CD).
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In: HELLER, A. et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LECHNER, Norbert. Nuestros miedos. In: DELUMEAU, J. et al. *El miedo:* reflexión sobre su dimensión social y cultural. Medellín: Corporación Región, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Anthropos, 1978.
- LOJKINE, Jean. *L'adieu à La classe moyenne*. Paris: La Dispute, 2005.
- LOURENÇO, Alice. *Quem tem direito à cidade?* Mobilidade na metrópole do Rio de Janeiro (2000-2005). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.
- NUN, José. *La rebelión del coro:* estudios sobre la racionalidad política y el senso comum. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro. *Música e vida urbana:* encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- PINHEIRO, Pedro Bernardes. *Sentidos da discriminação:* movimentos sociais e políticas públicas no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ, 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Cátia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

- SANTOS, Boaventura de Souza. Entrevista. *Diversa*, ano 3, n. 8. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. *Contexto*, n. 4, novembro, 1977.
- _____. *Pobreza urbana*. São Paulo/Recife: HUCITEC, 1978.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *Metrópole corporativa e fragmentada*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- _____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs.). In: *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1993.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnico e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- _____. *A urbanização brasileira*, São Paulo: EDUSP, 2005.
- SILVEIRA, Carmen Beatriz. Projetos urbanos culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: JEUDY, Henri Pierre e JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- VIANA, Luiz Werneck. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. *Dados*, v. 38, n. 2, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Lincoln Institute/FAPESP, 1998.
- ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A/COPPE-UFRJ, 2006.

Recebido em 10 de outubro de 2009.

Aceito para publicação, em 25 de outubro de 2009.